



1290000677



TCC/UNICAMP H663c

**CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS COM MULHERES NA PEA NA REGIÃO
METROPOLITANA DE SÃO PAULO, NA DÉCADA DE 80**



PATRICIA AYUMI HODGE

Monografia apresentada ao
Instituto de Economia da
Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação da
Profa. Dra. Eugênia Troncoso Leone ✓

Campinas

Dezembro de 1996 ✓

Esta monografia faz parte da Pesquisa: “Mulher, Mercado de Trabalho e Pobreza no Brasil: um estudo da inserção da mulher na atividade econômica e suas implicações para a família”, da professora do Instituto de Economia da Unicamp Eugênia Toncoso Leone, que conta com o apoio do CNPQ e da FAPESP.

À professora Eugênia Troncoso Leone, meus profundos agradecimentos pela consideração e paciência na orientação do presente trabalho e à pesquisadora Rosana Baeninger meus agradecimentos por ter aceitado participar da avaliação da pesquisa.

Introdução

O presente trabalho faz parte da pesquisa: “Mulher, Mercado de Trabalho e Pobreza no Brasil: um estudo da inserção da mulher na atividade econômica e suas implicações para a família”, iniciada em Março de 1995 pela Profa. Eugênia Troncoso Leone, com financiamento do CNPq e apoio da Fapesp. A primeira parte da Pesquisa deu oportunidade para a realização da monografia: “Mudanças no Perfil da PEA Feminina na Década de 80 na Região Metropolitana de São Paulo”, da aluna do Instituto de Economia da Unicamp Estela Regina Wonsik enfocando as características da mulher trabalhadora na região considerada.

Os resultados da primeira parte da pesquisa confirmaram e reforçaram o estudo de outros autores sobre o aumento da inserção feminina na década de 80, a saber, o significativo aumento da mulher cônjuge no mercado de trabalho, como forma de compensar a derrocada na qualidade de vida das famílias com as constantes crises características da economia brasileira nos anos 80 e a queda nos salários dos chefes dessas famílias, a presença cada vez mais marcante das trabalhadoras por conta própria e o aumento da proporção de famílias em que a mulher está vinculada à atividade econômica. Os principais resultados da primeira parte da pesquisa serão resumidos nesta introdução para que a partir de então se possa dar um prosseguimento do estudo mas com um enfoque diferente da parte inicial.

Em relação à posição da mulher na família, observou-se que, de fato, o aumento da inserção feminina como um todo na década de 80 deveu-se principalmente à entrada de mulheres chefes ou cônjuges na atividade econômica, sendo que a taxa de participação destas variou de 32,1% para 39,6%, independentemente da presença e do número de filhos. Além disso, entre essas novas integrantes do mercado de trabalho, é destacada a contribuição das trabalhadoras por conta própria, mesmo as empregadas sendo ainda a maioria. A este fato, vincula-se a percepção de que a mulher chefe ou cônjuge tem preferência a atividades com horários flexíveis, de maneira a conciliar suas atividades domésticas ao trabalho remunerado. As filhas, por sua vez, já se inserem no mercado de trabalho como empregadas assalariadas, possivelmente por não terem as

mesmas necessidades das mulheres chefes e cônjuges de atenção à família e ao trabalho. Ainda sobre a posição na ocupação, o fato de que na década de 80 houve uma redução das participações relativas dos empregados com carteira de trabalho e um aumento das participações relativas dos empregados sem carteira, dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores se refletiram na mão-de-obra feminina relacionando à posição desta na família como mencionado acima. Conforme os dados da pesquisa em questão, em 1990, 78% das mulheres ativas eram empregadas e 17% trabalhadoras por conta própria. Dessas empregadas, 81,1% tinham carteira assinada, significando que a maioria faz parte do setor formal da economia.

Os setores de atividade que mais aumentaram sua participação na década são os setores onde a participação feminina tem maior contribuição, abrangendo 42% das pessoas ocupadas no comércio, 74,2% nas atividades sociais e na prestação de serviços 55%. Os serviços auxiliares da atividade econômica e a administração pública são também setores em que a participação das mulheres se destaca, com 37,1% e 38,3%, respectivamente. Há que se destacar, todavia, o aumento da participação feminina notadamente no comércio, onde houve um significativo aumento da participação das cônjuges com até dois filhos, assim como a maior participação das mulheres com cônjuge e sem filhos nos serviços auxiliares à atividade econômica.

O que se observou na pesquisa foi que se a mulher é filha, ela é predominantemente assalariada e tem uma inserção mais importante na indústria de transformação e nas atividades sociais. Se a mulher possui filhos, ela se direciona mais às atividades por conta própria, destacando-se o comércio e a prestação de serviços. Tal fato nos alerta para a necessidade de se considerar, para uma melhor análise da inserção da mulher na atividade econômica, os atributos pessoais dessas mulheres (idade, escolaridade, posição na família), bem como as características de suas famílias (número de filhos, presença ou não de marido, renda familiar total e *per capita*).

Para este estudo, adotou-se uma tipologia específica para as famílias baseada na posição da mulher na família, que foi feita da seguinte forma:

F1: mulher só

F2: mulher sem cônjuge com filhos

F3: mulher com cônjuge

F4: mulher com cônjuge com até dois filhos

F5: mulher com cônjuge com mais de dois filhos

F6: homem sem cônjuge com filhos

Analisou-se na pesquisa que as famílias constituídas pelo casal e filhos representam a maioria (67,6% em 1981 e 64,3% em 1990), havendo, porém, uma diminuição das famílias com casal e mais de dois filhos (F5), passando de 28,5% em 81 para 25,1% em 90. Em contrapartida, houve um aumento das famílias constituídas só de mulher (F1) e de mulher com filhos (F2). De acordo com Leone (1995), possivelmente esse número vincula-se ao aumento do número de separações, à queda da fecundidade, à diminuição dos casamentos.

Em relação à incidência da pobreza, leva-se em conta quatro faixas de renda *per capita* definida em função de múltiplos da linha de pobreza, construída por Rocha (1992) para a região metropolitana de São Paulo. Esta linha é estimada, com base no custo de uma cesta alimentar que reflete as necessidades básicas de um grupo específico de famílias. Leone (1995) mostra que o perfil redistributivo das famílias com mulheres na PEA não se alterou no caso das famílias constituídas por mulheres e filhos (F2), mulher, marido e até dois filhos (F4) e mulher, marido e mais de dois filhos. No caso das famílias constituídas de mulher só (F1), houve um aumento da proporção de famílias de baixa renda e um aumento na fração das de 4 e mais linhas de pobreza. Foi somente nas famílias constituídas por mulher e marido (F3) que se nota uma ligeira melhora na distribuição de renda nestas. Sem reduzir a proporção dessas famílias abaixo da linha de pobreza, aumentou a das famílias com renda muito superior, às custas das com renda não muito acima da linha de pobreza.

O aumento da participação das mulheres que são chefes ou cônjuges foi devido, principalmente, às mulheres cônjuges, com e sem filhos (F3, F4 e F5), na medida em que a participação das sem cônjuge e sem filhos (F1) diminuiu e a das sem cônjuges com filhos ou agregados (F2) manteve-se praticamente constante. No decorrer da década, destaca-se o aumento da proporção na PEA feminina das cônjuges com até dois

filhos(F4), a qual variou de 31,4% para 35% e a diminuição no caso das filhas pertencentes às famílias F5(casal e mais de dois filhos) que variou de 46,9% para 42,0%.O que ocorreu na década foi uma redução no tamanho das famílias F5, já que suas taxas de participação na atividade econômica não diminuíram. A predominância de chefes ou cônjuges na PEA aumentou de forma expressiva ao longo da década, devido principalmente ao aumento da participação econômica dessas mulheres das famílias F3, F4 e F5.

O empobrecimento das famílias constituídas de mulher só(F1) tem a ver com uma redução na proporção de mulheres que são ativas, de forma que aumentou a frequência de mulheres sozinhas pobres porque aumentou o número delas que não participam da atividade econômica. Em relação às famílias F2(mulher e filhos), F4(mulher, marido e até dois filhos) e F5(mulher, marido e mais de dois filhos), o aumento significativo da participação feminina não provocou diminuição das proporções de famílias pobres e também não conseguiu elevar substancialmente o nível de renda das famílias que não eram pobres, apenas ajudou para que não se deteriorasse a renda dessas famílias. No caso das famílias constituídas só de mulher e marido, o aumento da participação ajudou a elevar a renda familiar, mais que compensando a queda do rendimento do marido. A proporção dessas famílias que são pobres não diminuiu, porque nessas famílias pobres continuou uma baixa participação das mulheres.

Ainda assim, o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho não está estagnado, muito pelo contrário: a mulher cada vez mais iguala a importância de seu trabalho no seio da família ao trabalho do homem, enfrentando as dificuldades que as ocupações menos remuneradas lhe apresenta, conciliando suas atividades domésticas às atividades remuneradas, principalmente no que tange às cônjuges com filhos. Isto indica que as necessidades econômicas obrigam cada vez mais a entrada da mulher no mercado de trabalho, aliadas à nova posição da mulher na sociedade e sua maior conscientização de seu papel nesta.

O capítulo 1 da monografia agora apresentada refere-se à conjuntura econômica no Brasil na década de 80, analisando de que modo as crises do período

afetaram o mercado de trabalho quanto à qualidade do trabalho e sua oferta, assim como as estratégias das famílias para a sua sobrevivência neste contexto de estagnação. Além disso, faz-se um vínculo com a mão-de-obra ascendente feminina e de que forma o mercado ora as atrai para a atividade econômica, ora as lança de novo à vida familiar, dependendo não só da oferta de trabalho como também das próprias características inerentes às famílias que facilitam ou dificultam a entrada da mulher no mercado de trabalho. Nesta parte, foi feita uma revisão bibliográfica de outros autores que já se referiram de alguma forma ao assunto e que serão aproveitados para o embasamento teórico da presente monografia.

O capítulo 2 apresentará uma série de tabelas feitas pela própria pesquisa, mas cujos resultados refletem estudos anteriores sobre o assunto, tais como o aumento da participação das cônjuges, a entrada de trabalhadoras mais velhas nas atividades, a escolaridade das mulheres ativas e inativas, a jornada de trabalho das mulheres trabalhadoras bem como os rendimentos da ocupação principal dessas trabalhadoras. Deste modo, será feita uma análise das mudanças ocorridas na década na mão-de-obra feminina, para, no capítulo 3, fazer um estudo das famílias com mulheres na PEA levando-se em conta as variáveis estudadas no capítulo anterior. Assim, poderá ser feita, de fato, uma caracterização dessas famílias, observando quais as mudanças mais marcantes no decorrer da década, se as variações no perfil da mulher aconteceram de modo generalizado ou ocorreram apenas em algumas famílias específicas.

CAPÍTULO I: Mulher, Família e Mercado de Trabalho

1.1) DÉCADA DE 80: CONJUNTURA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO

Na primeira metade da década de 70, a economia brasileira apresentava um intenso crescimento industrial, quando o país passa a consolidar seu aparato produtivo. Neste período, desenvolveram-se principalmente a indústria de bens de capital e a de bens de consumo duráveis, estimuladas pela abundância de liquidez no mercado internacional com o advento do euromercado, que combinou-se às políticas de desenvolvimento da estrutura industrial nas economias latino-americanas, especialmente o Brasil. Até 1975, aproximadamente, o crescimento industrial era muito concentrado na Região Metropolitana de São Paulo e era destacado o crescimento dos segmentos das indústrias metal-mecânica e química, ocasionando o aumento da oferta de empregos no setor secundário (Cruz, 1995; Suzigan, 1992). Aumentaram nessa primeira metade da década de 70 a taxa de crescimento econômico e os níveis de emprego, levando a uma elevação da atividade e a uma crescente urbanização.

No entanto, a segunda parte da década de 70 apresentou um padrão de crescimento diferente do início da década, com desequilíbrios macroeconômicos crescentes que acabaram por culminar na crise dos anos 80. Neste período houve uma desaceleração do crescimento da indústria, que ocorreu no mundo todo, inclusive nos países desenvolvidos. Na América Latina chegou a ocorrer desindustrialização no Chile e na Argentina, enquanto no Brasil houve desaceleração do crescimento industrial que teve um auge intenso no início da década. O desempenho da economia brasileira no período 1974 a 1980 esteve diretamente vinculado à estratégia de ajustamento à crise internacional do petróleo consubstanciada no II PND. Este plano visava o fim do estrangulamento externo juntamente com um projeto de crescimento econômico que afastasse o país do

subdesenvolvimento, estimulando principalmente as indústrias de bens de capital e de bens intermediários. O II PND conseguiu sustentar o crescimento industrial, mas com crescentes dificuldades que inclusive prejudicaram a realização plena do plano, tais como a crescente inflação, o déficit do comércio exterior e o endividamento externo. O que ocorreu, portanto, é que o 2o. choque do petróleo e o aumento das taxas de juros no mercado internacional precipitaram uma crise que já estava latente.

A oferta de empregos no setor secundário que havia sido expressiva no início da década não apresentou grande crescimento na outra metade da década, pois os investimentos industriais do II PND foram muitos intensivos em capital, empregando pouca mão-de-obra. Os programas de investimento do II PND implicaram em um crescimento industrial diferente do observado anteriormente entre 70 e 74, inclusive com uma repartição regional da produção muito diferente, como por exemplo, em termos de setores de atividade. O programa não conseguiu atingir seus objetivos, de acordo com Carneiro(1993), em vista da crescente desarticulação dos investimentos e uma trajetória diferenciada dos vários segmentos produtivos, em especial daqueles que se inserem com maior dinamismo no comércio internacional.

Em relação à agricultura, a segunda metade dos anos 70 consolida um padrão de modernização e de inserção no comércio internacional que se projetará para os anos 80. Esta modernização esteve apoiada na expansão do crédito subsidiado para aquisição de insumos modernos, cuja oferta foi ampliada ou internalizada no âmbito dos projetos do II PND(Carneiro,1993). Foi um período em que a sociedade brasileira passou por transformações não só de ordem econômica, como também de ordem social e demográfica, repercutindo consideravelmente sobre o nível e a composição interna da força de trabalho, favorecendo a incorporação de novos trabalhadores, inclusive os do sexo feminino. Como dado ilustrativo, em 1970, havia 6 milhões de mulheres como economicamente ativas (3,9 milhões em atividades não-agrícolas), enquanto que em 1980, esse número cresceu para 12 milhões (10,3 milhões em atividades não-agrícolas). Observa-se, então, que a proporção de mulheres na força de trabalho passou de 1/4 para 1/3, de 70 para 80 (Hirata e Humphrey, 1984). Dessa maneira, o crescimento da atividade econômica na década de 70 contribuiu consideravelmente para a maior oferta de empregos

e, conseqüentemente, para uma maior inserção da mulher brasileira no mercado de trabalho.

Com o crescimento da dívida e a desaceleração do crescimento industrial, torna-se necessária a obtenção de superávits de comércio exterior para pagar os juros da dívida externa, já que o país sofria pressões dos credores internacionais. Desta forma, o governo passou a estimular as exportações e conteve o ritmo da atividade econômica de modo a restringir as importações. Entre os estímulos às exportações e os desestímulos às importações destaca-se a desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar numa intensidade maior do que a diferença de taxas de inflação entre Brasil e Estados Unidos, encarecendo as importações e aumentando o lucro dos exportados. Essa desvalorização da moeda nacional contribuiu para aumentar a inflação e diminuir o poder de compra dos salários além de prejudicar as finanças públicas. O que passa a ocorrer, aliado aos fatos mencionados, é um alto grau de instabilidade, expresso na duração de ciclos econômicos com breves períodos de expansão e retração.

Neste contexto de crise econômica, o desempenho da economia brasileira torna-se sofrível, já que não existem incentivos aos investimentos. Esta falta de incentivos é fruto da desvalorização real do câmbio, do aumento da taxa de juros e dos ciclos recessivos. O fato acima acaba por se refletir negativamente no comportamento das atividades produtivas, que apresentam declínio substancial nas taxas de crescimento dos principais segmentos produtivos durante a década. Os segmentos mais importantes da indústria apresentam estagnação. No caso da construção civil, esse desempenho está associado à redução dos gastos do governo em infra-estrutura e à crise do Sistema Financeiro da Habitação. A indústria de transformação certamente não encontrou no mercado externo um elemento de dinamismo que pudesse substituir a absorção doméstica.

Dessa maneira, a década de 80 teve como marcas registradas a crise econômica, a inflação e o desemprego. O setor que constituía o carro-chefe do crescimento econômico, o setor secundário, perdeu consideravelmente o dinamismo do período anterior à crise, em vista do esgotamento deste padrão de desenvolvimento e da retração da oferta de capitais nos mercados internacionais. A utilização do crédito internacional na década de 70 para financiar o crescimento da economia não se repetiu na

década de 80, em vista da crise financeira internacional que acabou com o crédito para países endividados. Estes países, que no começo da década de 70, recebiam quantidades volumosas de empréstimos através do euromercado para a realização de seus programas de desenvolvimento, na década de 80 passaram a constituir investimentos de alto risco para os credores, já que não se demonstravam capazes de pagarem suas dívidas. O Brasil teve então um grave problema de financiamento, além de ser obrigado a pagar os juros da dívida anterior com superávits de comércio exterior. Este fato se relaciona à necessidade de equilibrar a balança de pagamentos deficitária do país, que como apresentava um forte déficit na conta capital com o pagamento da dívida, obrigava o equilíbrio através de superávits na balança comercial. No que concerne a esse contexto internacional, a mudança da política de juros nos Estados Unidos, a crise da dívida dos países da América Latina em virtude desta nova política, as políticas de estabilização levadas a cabo pelas autoridades desses países, com máximas desvalorizações como no caso do Brasil, minaram as oportunidades de novos financiamentos e investimentos na indústria brasileira, ocasionando uma desaceleração da economia neste período. Esta crise teve como consequência a queda dos níveis da produção e do emprego, além da brusca contração do nível de investimentos (Suzigan, 1992). As categorias que antes lideravam o crescimento, a saber, a de bens de capital e a de duráveis de consumo sofreram uma retração de 28% entre 1980 e 1990, enquanto houve uma expansão significativa do setor terciário, que passou de 46% para 54,5% do produto global no período de 81 a 90. Este crescimento do setor terciário foi a tendência mais marcante do comportamento do mercado de trabalho brasileiro nesses anos, na medida em que a recessão provocou alterações na distribuição da população economicamente ativa, ocasionando um deslocamento dos setores primário e secundário da economia para o terciário, que terá em toda a década papel fundamental, evitando quedas maiores no nível de emprego (Bruschini, 1994). A seguir, analisaremos mais de perto o desempenho do mercado de trabalho neste período considerado.

Neste contexto de forte crise e estagnação da atividade econômica, embora se verificasse uma diminuição da taxa de crescimento da população total do país, houve um significativo aumento da população economicamente ativa. Enquanto a população brasileira cresceu 2,9% ao ano entre 1960 e 1970, a 2,5% entre 1970 a 1980 e a 1,9%

entre 1980 e 1991, a população inserida no mercado de trabalho de 1979 a 1989 aumentou de 39,6% para 43,3%. Esta constatação pode ser em parte explicada pela entrada da mulher na atividade econômica, cuja proporção ativa economicamente aumentou de 31,7% em 1979 para 35,2% em 1989 (Baltar e Henrique, 1994). Este novo contingente de mão-de-obra foi absorvido predominantemente pelo setor terciário, que pode ser caracterizado como um setor marcado pela heterogeneidade, abrigando tanto atividades não organizadas e de baixa produtividade, quanto mais modernas e dinâmicas, decorrentes da externalização dos serviços industriais, da diversificação do comércio e dos serviços pessoais, da expansão das atividades bancárias e financeiras, bem como de atividades decorrentes da atuação direta e indireta do setor público, este último responsável por uma fatia considerável dos empregos gerados (Sabóia, 1992; Pacheco, 1992; Oliveira, Porcaro e Jorge, 1994; Bruschini, 1994). Este quadro ratifica a queda da presença relativa do setor secundário como o setor que mais absorvia o contingente de mão-de-obra nas áreas urbanas, como ocorrido na década de 70.

Em relação ao nível de emprego, apesar de a taxa de crescimento do PIB durante a década ter sido baixa (em média 1,5% a.a.), houve um aumento da criação de postos de trabalho. Ao longo da década de 80 o nível de emprego cresceu continuamente a uma taxa média de 3,5% a.a. (1,85 milhão de empregos por ano) sendo consideravelmente superior à taxa de crescimento populacional no mesmo período, significando a criação de mais de 16 milhões de novos postos de trabalho. No entanto, estes dados nos leva à reflexão de que o mal desempenho da economia gerou poucos empregos de qualidade e a continuidade do crescimento das cidades com uma distribuição de renda muito ruim gerou muitos subempregos.

A dúvida que surge a partir de então é a qualidade, e não a quantidade dos postos de trabalho ofertados. De fato, houve queda salarial durante a década, devido ao crescimento mais acentuado da força de trabalho relativamente ao produto e a queda foi generalizada ocorrendo em todos os setores, além de um inchamento daqueles setores mais intensivos em mão-de-obra que, tradicionalmente, pagam salários mais baixos. A terciarização e a informalização da força de trabalho são exemplos do processo de inchamento dos setores intensivos em mão-de-obra que ocorreu no período. Em termos

absolutos, o emprego no setor terciário cresceu de 19,5 milhões para 29,6 milhões, o que significa que o setor terciário gerou mais de 10 milhões de novos postos de trabalho na década, representando um aumento no emprego no setor de mais de 50%. No mesmo período, o emprego no setor primário se elevou de 12,7 milhões para 13,6 milhões, representando um aumento de apenas 7%. A fatia do emprego no setor secundário permaneceu praticamente constante durante os anos 80, contrastando, de forma acentuada, com a evolução da estrutura de emprego no Brasil nos anos 60 e 70, quando a proporção do emprego neste setor aumentou substancialmente. Em suma, o aumento da oferta de trabalho foi possível por causa do aumento acentuado do emprego no setor terciário, em particular no comércio, serviços e administração pública. Isto explica em parte a tendência declinante dos salários, na medida em que na maioria das vezes, as atividades por conta própria ou os empregos sem contrato formal de trabalho oferecem baixa remuneração.

De acordo com Baltar e Henrique (1994), na década de 80 destacam-se a redução da participação relativa do emprego com carteira de trabalho e o aumento das participações do emprego total na administração pública e nas atividades sociais, do emprego sem carteira de trabalho, do trabalho por conta própria e dos empregadores. O que se verifica, portanto, é o aumento relativo do emprego informal na estrutura de ocupação na década de 80, em detrimento do emprego formal.

Soma-se aos fatos mencionados o aumento expressivo na desigualdade da distribuição de renda no período em questão, na medida em que os ocupados de remuneração superiores auferiram rendas bem maiores em 1989, enquanto os de remuneração inferiores perderam na década. A estagnação da economia, a alta inflação e o rápido aumento da população ativa não impediram que a renda total gerada nas atividades não-agrícolas aumentasse mais que a ocupação no conjunto dessas atividades, já que a renda média do conjunto das pessoas ocupadas com remuneração nas atividades não-agrícolas em 1989 superou a de 1981 em 7,3%, correspondendo a um aumento anual de 0,9% por oito anos consecutivos. Esse aumento da renda média não deixa claro, porém, a ocorrência de um aumento das desigualdades de renda em 1988 e 1989, como aumento da inflação que prejudicou os salários e favoreceu os rendimentos de alguns trabalhadores por

conta própria e empregadores, fazendo crescer o abismo das remunerações dos estratos superiores e as dos estratos inferiores (Baltar e Henrique, 1994).

O aumento das desigualdades de distribuição de renda nos remete à questão da pobreza, ou melhor, na incidência desta no conjunto da população brasileira e às formas encontradas pelos indivíduos para a sua sobrevivência. O aumento da participação das mulheres na década de 80 na força de trabalho sugere que este aumento foi uma saída encontrada pelas famílias para evitar uma deterioração no nível de vida destas, já que a pobreza não afeta indivíduos isolados, mas se configura nas situações familiares em que a sobrevivência material se realiza (Telles, 1994). Neste caso, a mulher no mercado de trabalho estaria contribuindo para a renda familiar total, de modo a evitar situações de extrema pobreza ou mesmo a derrocada no padrão de vida dessas famílias. Assim sendo, o que poderia contribuir para o empobrecimento das famílias na década de 80 seria a redução de melhores oportunidades para a inserção dos chefes de famílias no mercado de trabalho, além da redução significativa do nível de renda nas oportunidades ocupacionais que permaneceram abertas para esses chefes. Por outro lado, as mudanças demográficas e de condição de atividade favoráveis ao nível de renda das famílias podem ter contribuído para a não elevação da incidência da pobreza (Leone, 1995).

Estudos mostram que a proporção de famílias pobres oscilou com a conjuntura econômica na década de 80 (Rocha, 1992; Oliveira, Baltar e Henrique, 1991; Lopes e Gottschalk, 1990; Lopes, 1992). No caso da Grande São Paulo, é possível dizer que houve um agravamento da situação da pobreza das famílias, já que a linha de pobreza foi considerada a mesma para 81 e 90 e é plausível supor que a renda mínima necessária para uma família se sustentar numa metrópole cada vez maior, deva ter aumentado ao longo da década (Leone, 1995). Neste contexto, voltamos novamente para a questão da presença feminina no mercado de trabalho, que aumentou consideravelmente nos anos 80, podendo ser explicada muito provavelmente pela necessidade econômica, embora não seja este aumento desvinculado da maior consciência da mulher acerca de seu papel na família e na sociedade, das transformações sociais e culturais nos padrões de comportamento feminino.

Será dada no presente trabalho, entretanto, uma maior ênfase econômica na relação mulher e mercado de trabalho, já que o estudo será feito num contexto de estagnação na atividade econômica brasileira nos anos 80. Mediante essa breve exposição da estrutura de emprego e da conjuntura econômica no período em questão, passaremos agora à análise da inserção da mulher na força de trabalho, suas motivações e condicionantes, as formas de inserção e aos dados dessa inserção referentes à Região Metropolitana de São Paulo, na medida em que esta região possui grande significância na observação dos efeitos da instabilidade da economia sobre a situação das famílias.

1.2) MOTIVAÇÕES E CONDICIONANTES DA ENTRADA DA MULHER NA FORÇA DE TRABALHO

Vimos que, embora a década de 80 tenha sido um período de crise para a economia brasileira, com altas taxas de inflação e de desemprego, a participação da mulher, na década, foi de aumento contínuo de sua entrada no mercado de trabalho, fazendo com que se aumentasse substancialmente a população economicamente ativa. Antes de analisarmos como se deu essa participação e de que forma ela foi decisiva para a manutenção do nível de vida das famílias, será feita uma breve explicação das possíveis causas da entrada da mulher na atividade econômica, assim como seus condicionantes.

Antes de mais nada, é importante destacar que não são só as necessidades econômicas que motivam a participação da mulher no mercado de trabalho, como já foi ressaltado. Há que se considerar o processo de conscientização da mulher em relação à igualdade entre os gêneros, ao seu papel no seio de sua família, à sua posição na sociedade como um todo e à luta contra as discriminações não só no que tange ao mercado de trabalho, mas também no que se refere à divisão de tarefas dentro da família, já que esta ainda sofre o estigma da sociedade patriarcal.

Uma teoria sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho e que é citada por diversos autores, é a teoria do exército industrial de reserva, que inclui não apenas as mulheres, como também a massa de trabalhadores que desejam trabalhar e que

atendem às oscilações da economia. Esta teoria de cunho marxista coloca a existência de um grande contingente de trabalhadores que se adaptaria às necessidades do capital, de modo a constituir um fator de pressão também sobre os salários visando a ampliação das taxas de mais-valia. As mulheres apareceriam, no caso, como candidatas preferenciais ao exército industrial de reserva, devido à facilidade com que se inserem e abandonam o mercado de trabalho. Isto significa que, em determinados períodos do ciclo industrial, as mulheres participam mais intensamente do mercado de trabalho, e que são despedidas ou levadas à retornar às atividades domésticas em outras ocasiões. Deste modo, nesta teoria, as mulheres seriam as mais atingidas num momento de crise e as últimas a serem contratadas no momento de recuperação da economia (Brumer, 1988; Pires, 1994).

Esta teoria não se observa no período em que se concentra o estudo, na medida em que houve um aumento da participação feminina mesmo com forte crise e estagnação. A explicação dada por Brumer (1988) foi a de que a concentração das mulheres num certo número de atividades teria protegido-as até certo ponto contra os piores efeitos da crise econômica, de forma que a divisão sexual do trabalho limitaria a possibilidade de discriminação, não havendo condições de efetuar uma substituição direta de mulheres por homens. Esta seria uma outra teoria que explicaria a concentração de mulheres em determinadas ocupações, mediante a atribuição de certas características específicas das mulheres que as qualificariam para trabalhos onde se demandassem seus atributos naturais próprios de sua condição de sexo.

Estes trabalhos que seriam chamados de tipicamente femininos, se direcionam às funções tais como servir, alimentar, limpar, cuidar em caso de doença, educar, que possuem caráter subalterno e de menor prestígio e remuneração do que as atividades exercidas pelos homens. A divisão sexual do trabalho colocaria as mulheres como constituintes do mercado secundário na estrutura de emprego, já que elas estariam ligadas às atividades de baixa remuneração, com poucas oportunidades de promoção vertical e instáveis.

Vários autores acrescentam ao debate o fato de que, além das exigências do mercado, a própria estrutura familiar condicionaria a inserção feminina na mão-de-obra (Leone, 1995; Oliveira e Santos, 1990; Ramos e Soares, 1994; Souza, 1980; Telles, 1994

e outros). A posição da mulher na estrutura familiar e a composição da família seriam fundamentais na determinação da entrada ou não da mulher no mercado de trabalho, direcionando esta entrada a certas ocupações que se combinem às necessidades da família. Isto porque a família constitui um conceito extremamente dinâmico, já que está em permanente transformação, passando por um ciclo que incluiria a fase de formação - o casal sem filhos - a de expansão e maturação - em que os filhos nascem e crescem - e, finalmente, a de dispersão - quando estes começam a abandonar o núcleo familiar para formar novos núcleos. Cada uma dessas fases tem características próprias e incidem diferencialmente nos diversos aspectos das famílias (Souza, 1980).

Visto isso, o fato da mulher ser filha, cônjuge ou chefe, ser mãe ou não, ter filhos pequenos ou não, ser escolarizada assim como sua própria idade irá condicionar a sua participação na atividade econômica, assim como direcionará esta entrada para determinadas ocupações, que possam ser combinadas às suas funções no âmbito familiar. De acordo com Ramos e Soares (1994), a propensão da mulher cônjuge trabalhar seria maior: quanto maior for o seu o nível de escolaridade; quanto maior a idade dos filhos e menor o número destes e quando a mulher se encontra, principalmente, na faixa 20-29 anos. Oliveira e Santos (1990) acrescentam que a taxa de participação das mulheres também é função: da posição ocupacional do marido; de outras fontes de renda familiares; da probabilidade de se encontrar emprego; do nível geral dos salários femininos e do custo de ajuda doméstica. Em relação às mulheres não casadas (solteiras, divorciadas, separadas), sua participação dependeria: da idade; da presença de filhos e do grau de instrução.

De qualquer modo, pode-se observar que os fatores condicionantes à entrada da mulher no mercado de trabalho são muito mais complexos e diversificados que os dos homens, face a existência de uma estrutura familiar patriarcal desfavorável à mulher. Em parte isto explica a observância de maiores oscilações da participação da mulher na atividade econômica, porque dependeria da situação familiar da mulher no momento. A partir disso que se consideraria a mulher integrante do mercado secundário, por apresentarem uma maior sensibilidade da sua participação na força de trabalho às diversas fases do ciclo econômico.

CAPÍTULO 2: Participação da Mulher no Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo

Neste capítulo interessa estudar a mudança no perfil das mulheres que fazem parte da força de trabalho na região metropolitana de São Paulo, considerando e confirmando o trabalho de outros autores sobre o assunto. Numa primeira análise será observada a idade dessas mulheres, se elas se inserem mais cedo ou se estão passando a se inserir mais tarde no mercado de trabalho e, posteriormente, analisar-se-á o grau de instrução dessas mulheres, se houve melhorias no perfil educacional das trabalhadoras, se a mulher que trabalha tem mais educação, se o grau de instrução é decisivo na entrada das mulheres no mercado de trabalho e, finalmente, se realmente houve melhoria na escolaridade das mulheres tanto ativas quanto inativas. Na parte final do capítulo também será observada a carga horária da mulher que trabalha para se fazer, posteriormente, a comparação entre as rendas das mulheres, de acordo com as horas trabalhadas. A exposição será feita levando-se em conta as mulheres de famílias pobres e as de famílias não-pobres, para se estudar onde houve maiores mudanças quanto ao perfil feminino. As famílias pobres são aquelas que se encontram abaixo da linha de pobreza, enquanto as não pobres são aquelas que se encontram acima da linha de pobreza, de acordo com a metodologia proposta por Rocha (1992). O estudo refere-se à região Metropolitana de São Paulo e a fonte de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 1981 e 1990.

2.1) Taxa de participação segundo a posição da mulher na família:

No total, a taxa de participação ^{do que!} feminina na Região Metropolitana de São Paulo aumentou de 35,9% em 81 para 40,5% em 1990, como é demonstrado na tabela 1. Este aumento foi devido principalmente ao aumento das cônjuges na força de trabalho, já que as filhas mantiveram basicamente a mesma taxa de participação na atividade econômica.

Tabela 1

TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES SEGUNDO A POSIÇÃO NA FAMÍLIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, PARA OS ANOS DE 1981 E 1990

	POBRES		NAO POBRES		TOTAL	
	81	90	81	90	81	90
CHEFES/CÔNJUGES	27,1	33,4	33,2	41	32,2	39,7
FILHAS	28	23,4	44,7	46,2	41,6	41,9
TOTAL	27,4	29,5	37,7	43	35,9	40,5

Fonte: Pnads de 1981 e 1990

ABGC, ←

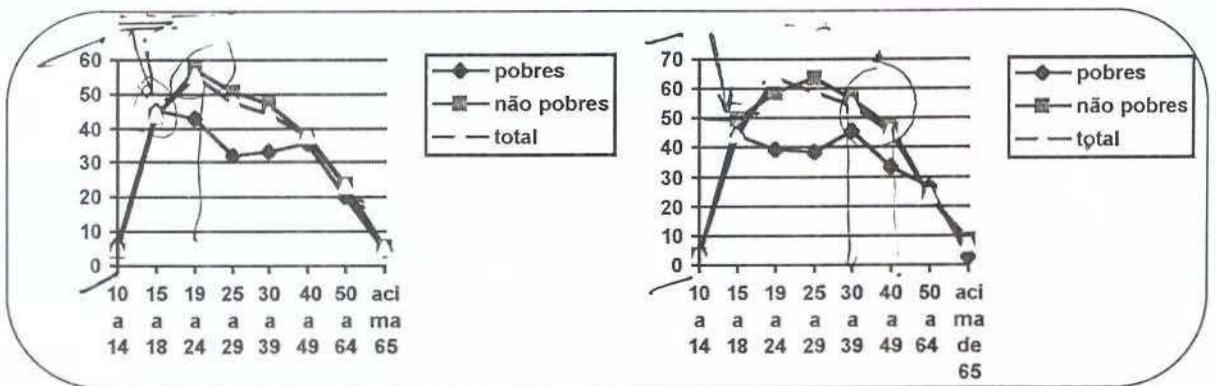
O aumento da participação das cônjuges de 32,2 % para 39,7 de 1981 para 1990, indica que as mulheres esposas e mães passam a se inserir no mercado de trabalho com conseqüências nem sempre favoráveis a elas dentro da família, no sentido de que são obrigadas a conciliar suas atividades domésticas às atividades profissionais, provavelmente tendo efeitos sobre o tipo de ocupação e a qualidade deste em que a mulher se insere. Essa maior inserção pode estar se dando como forma de estratégia das famílias para a sua própria sobrevivência, em conseqüência dos impactos imediatos da queda dos salários e da qualidade dos empregos dos maridos.

Para as esposas e mães, o aumento da inserção no mercado de trabalho se deu tanto nas famílias pobres como nas não-pobres, enquanto houve uma diminuição na taxa de participação das filhas de famílias pobres. No total, a taxa de participação das mulheres pobres não aumentou muito, enquanto a das mulheres não pobres deu um salto quantitativo considerável (37,7% para 43,0%). Isto indica que as mulheres não pobres se inserem cada vez mais no mercado de trabalho, em detrimento das pobres que, pensando em termos de necessidade econômica, seriam as mais indicadas a constituir a força de trabalho. A reflexão que surge a partir dos dados é de que nas famílias pobres não apenas a renda do marido é baixa como também a família possui características que dificultam o trabalho da mulher. Ramos e Soares (1994) já haviam explicado este fato com a proposição de que as mulheres pobres são as que encontram as maiores adversidades à entrada na atividade econômica, na medida em que apresentam menos escolaridade, mais

filhos e mais filhos pequenos e não encontram empregos com remuneração suficiente que compense a sua saída das atividades domésticas, o que as faz preferir continuar trabalhando no seio da família. No caso das famílias não pobres, o próprio tipo de família não apresenta tantas características que dificultam o trabalho da mulher, o que provavelmente facilitaria a entrada desta na atividade econômica. Esta maior inserção das mulheres de famílias não pobres em detrimento das mulheres de famílias pobres nos leva à reflexão de que a tendência de empobrecimento das famílias não pobres na década de 80 em decorrência da queda do salário e da qualidade do emprego do marido foi em parte contrabalanceada pela maior participação da mulher no trabalho remunerado. O mesmo não pode ser dito em relação às mulheres de famílias pobres, que apresentaram aumentos bem mais modestos do que as não pobres. Ou seja, a participação da mulher parece ter contribuído mais para evitar o empobrecimento de famílias não pobres do que para evitar situações de pobreza absoluta, isto é, renda abaixo da linha de pobreza.

2.1.1.) Taxas de participação feminina por faixa etária segundo nível sócio-econômico da família

Os gráficos 1 e 2 mostram a taxa de participação das mulheres pobres e não pobres segundo a idade das mulheres para os anos de 1981 e 1990.



1981

1990

Fonte: —
 nome fictício: —

Destaca-se, numa rápida análise, o aumento da participação da mulher acima de 25 e menos de 50 anos principalmente nas famílias não pobres, o que reforça a maior presença das mulheres cônjuges, mais velhas e que passam a conciliar as atividades profissionais às ligadas ao lar. Estes resultados também confirmam as análises de vários autores sobre essa presença da mulher mais velha no mercado de trabalho, refletindo a maior participação das cônjuges na atividade econômica (Bruschini, 1995; Sedlacek, 1991; Pires, 1994; Ramos e Soares, 1994; Leone, 1995 entre outros). De acordo com Leone, essa maior inserção das mulheres casadas na força de trabalho se deu independentemente da presença e do número de filhos na família.

Bruschini (1994) numa análise nacional da taxa de participação feminina na força de trabalho também confirmou o ingresso das cônjuges no mercado de trabalho na década de 80: enquanto 20% delas eram ativas em 1980, 37,6% passaram a sê-lo em 1990, sugerindo que *atualmente as mulheres casadas e mais velhas são aquelas que se dispõem a enfrentar dificuldades próprias à conciliação entre responsabilidades profissionais e familiares para se dedicar a uma atividade econômica*. A análise da tabela 2, no entanto, deve ser feita com cuidado, na medida em que são comparadas duas fontes distintas de pesquisa, uma sendo do Censo de 80 e a outra da Pnad de 90.

Tabela 2
TAXAS FEMININAS E MASCULINAS DE ATIVIDADE SEGUNDO A POSIÇÃO NA FAMÍLIA

Brasil, 1980 e 1990

POSIÇÃO NA FAMÍLIA	HOMENS		MULHERES	
	1980	1990	1980	1990
Chefes	88,2	87,5	43,3	51,2
Cônjuges	78,5	80,7	20	37,6
Filhos	52,6	59,2	27,3	36,2
Outros	61,5	64,8	23,3	28,1
Sem parentesco	81,6	84,7	74,9	80
TOTAL	72,4	75,2	26,5	39,2

Fonte: FIBGE, Censo 1980 Família e Domicílios, (Tabela 1,7), PNAD, 1990, Tabela 4.4 in Bruschini (1994).

deu específico de

PNAD

Outros autores (Oliveira, 1990 e Jatobá, 1990) colocam também que esse aumento da participação das esposas no mercado de trabalho está vinculado às estratégias das famílias brasileiras que, empobrecidas pelas sucessivas crises econômicas, buscam rendimentos complementares aos dos chefes. No entanto, a ampliação da atividade econômica das esposas não é provocada apenas pela pobreza pois é mais elevada nos níveis mais altos de renda. Mais uma vez destaca-se a tentativa de compensar a tendência de empobrecimento das famílias não pobres com a entrada da mulher na atividade econômica, enquanto que esta entrada pode não ter sido suficiente para evitar situações de extrema pobreza. Como já foi anteriormente dito, muito provavelmente isto se dá pelas dificuldades encontradas pelas mulheres pobres na procura por um trabalho que compense a sua saída da vida doméstica, o que já não se verifica nas famílias não pobres, que podem acionar meios de substituição da dona de casa para a manutenção das tarefas domésticas, além de não terem tantos filhos pequenos para cuidar e possuírem maior oportunidade para encontrar empregos por conta da maior escolaridade, relações sociais, etc. Mais ainda, não se pode esquecer da nova atitude da mulher perante o mercado de trabalho, do seu anseio por uma nova posição na sociedade, mais igualitária e que coloque a mulher como uma força produtiva tão importante como o homem.

2.1.2) Taxa de participação feminina segundo escolaridade e posição da mulher na família

Analisaremos agora um fator que cada vez mais desempenha um papel fundamental na atividade econômica: o grau de instrução. A sua importância se traduz no fato de que geralmente as mulheres mais instruídas são as que mais trabalham fora de casa, porque podem ter atividades mais gratificantes ou bem remuneradas, que compensam os gastos com infra-estrutura doméstica necessária para suprir sua saída do lar, além do mercado de trabalho ser mais receptivo a trabalhadores mais qualificados. Em 1990, enquanto a taxa de atividade econômica global das brasileiras era de 39,2% e apenas 28% das não instruídas trabalhavam, um número muito mais elevado de escolarizadas - 64% das mulheres com 9 ou mais anos de estudo - eram ativas (Bruschini, 1994).

Tabela 3

TAXA DE PARTICIPAÇÃO FEMININA SEGUNDO ANOS DE ESTUDO, NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, PARA OS ANOS 81 E 90

anos de estudo	chefes/cônjuges						filhas						total					
	81			90			81			90			81			90		
	P	NP	T	P	NP	T	P	NP	T	P	NP	T	P	NP	T	P	NP	T
s/declaração		38	35		100	100		100	100					44	42		100	100
menos de 4	27	28,0	28	29	31,0	31	14	18	17	9,3	16	14,0	22	25	24	21	26	24
4 a 7	26,0	30	29	39	34	35	42	40	40	30	33	32	33	34	34	35	33	34
8 a 10	45	33	34	29,0	43	41	56,0	58	58	60	65,0	65	51	45,0	45	40	52	51,0
11 a 14	27	46	46	29	55	54	50,0	78	77	64	82	81	35	60	60	43	65	64
15 e mais	100	75	75	33	74	74		94	94		94	93,0	100	82	82	25,0	80	79
total	27	33	32	33	41,0	40	28,0	45	42	23	46	42	27	38	36	30	43,0	41

Fonte: Pnads de 1981 e 1990

- menos de 4 anos : primário incompleto;
- de 4 a 7 anos: primário completo;
- de 8 a 10 anos: 1o. grau completo;
- de 11 a 14 anos: 2o. grau completo;
- 15 anos e mais: superior completo.

P - ?
NP - ?

Observando a tabela 3 da taxa de participação feminina segundo o grau de instrução na Região Metropolitana de São Paulo, notamos que houve um aumento significativo na taxa de inserção das mulheres com 1º e 2º graus completos (8 a 14 anos de estudo), enquanto as taxas de participação dos outros níveis de instrução praticamente se mantiveram. As taxas de participação das mulheres com 2º grau completo (até 14 anos de estudo) aumentaram tanto para as pobres quanto para as não pobres, enquanto que para as mulheres com 1º grau completo(até 10 anos de estudo) o aumento na participação feminina se deu nas mulheres de famílias não pobres, havendo uma diminuição das pobres nesse nível de instrução. O que se constata a partir da tabela 3 é ~~de~~ que há uma associação positiva entre taxas de participação e grau de instrução da mulher, refletindo basicamente as famílias não pobres. Em relação às famílias pobres, o número de mulheres com instrução deve ser muito pequeno, não se devendo dar muita atenção aos números sobre a participação da mulher instruída nessas famílias.

Entre as famílias pobres, as taxas de participação não aumentaram muito nem no primário incompleto(menos de 4 anos de estudo) nem no completo(4 a 7 anos

(-)

de estudo). Em relação às famílias não pobres também não houve aumento das taxas de participação nesses níveis de instrução e os números das taxas de participação das mulheres das famílias pobres e das não pobres são parecidos no que tange a esses baixos graus de escolaridade. Assim sendo, pode-se constatar que as taxas de participação das mulheres com baixa instrução são pequenas e não aumentaram durante a década, além do fato de que não há diferenças significativas entre pobres e não pobres nesse aspecto.

Destaca-se, portanto, o aumento da participação da mulher na década de 80 entre mulheres com alguma instrução que são principalmente de famílias não pobres. A tabela 3 indica que esse aumento da participação da mulher na família não pobre ocorreu com as que têm 1o. e 2o. graus completos (8 a 14 anos de estudo) e não nas que têm curso superior completo que já apresentava alta taxa de participação em 81.

Em relação às filhas, o aumento da participação feminina se deu para as mulheres com 1º e 2º graus completos enquanto houve diminuição ou manutenção das taxas para os outros níveis de escolaridade. O aumento verificado se deu nas mulheres de famílias pobres e não pobres, sendo que nas não pobres o aumento foi maior na taxa de participação das mulheres com 1º grau completo. No entanto, o destaque em termos de melhoria da instrução da mulher que trabalha ficou por conta das cônjuges, que praticamente elevou a taxa de participação em praticamente todos os níveis de instrução, principalmente as mulheres de famílias não pobres com 1º e 2º graus completos

O que se observa analisando a tabela 3, portanto, é de que no caso das cônjuges houve aumento da participação das que têm mais do que 4o. série mas não terminou o 1o. grau, tanto para as pobres como para as não pobres. No total de mulheres isto não aparece porque a taxa de participação das filhas com este grau de instrução diminuiu tanto para as pobres quanto para as não pobres. Ou seja, houve aumento da participação das cônjuges de baixa instrução mas não tão baixa como para não apresentar a 4o. série completa.

Visto isso, focalizaremos agora as mulheres cônjuges ativas e inativas, para constatar se melhorou o perfil educacional das mães e esposas como um todo, se foram as ativas ou as inativas que melhoraram mais sua educação. Para tanto, utilizaremos a tabela 4, do perfil das cônjuges segundo o grau de instrução.

Tabela 4

DISTRIBUIÇÃO DAS CÔNJUGES ATIVAS E INATIVAS SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO

na pobreza?

anos de estudo	ATIVAS						INATIVAS						TOTAL					
	81			90			81			90			81			90		
	p	np	t	p	np	t	p	np	t	p	np	t	p	np	t	p	np	t
s/declaração		0,3	0,2		0,1	0,1	0,1	0,2	0,2				0,1	0,3	0,2			
menos de 4	60,2	26,9	31,8	39,6	17,1	20,4	61,6	34,4	39,5	47,8	26,5	30,7	61,2	31,9	37,0	45,0	22,7	26,6
4 a 7	32,5	36,2	35,6	50,4	31,6	34,4	34,4	42,4	40,9	40,0	43,3	42,6	33,9	40,3	39,2	43,5	38,5	39,4
8 a 10	5,8	12,1	11,2	7,7	16,2	14,9	2,7	12,3	10,5	9,5	15,0	13,9	3,5	12,2	10,7	8,9	15,5	14,3
11 a 14	1,2	15,9	13,8	1,9	20,3	17,6	1,2	9,2	7,7	2,3	11,6	9,8	1,2	11,4	9,7	2,2	15,1	12,9
15 e mais	0,3	8,6	7,4	0,4	14,7	12,6	1,5	1,2	0,4	3,6	3,0	0,1	3,9	3,2	0,4	8,2	6,8	6,8
total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pnads de 1981 e 1990

As pobres eram, em 81, igualmente mal instruídas as ativas e inativas. Em 90 aparece alguma diferença em favor das ativas. Para as não pobres, já em 1981 existia uma grande diferença em favor das ativas e isto ocorre principalmente naquelas com mais de 14 anos de estudo. O grau de instrução aumenta tanto para as ativas como para as inativas não pobres, mas o aumento da instrução é maior no caso das ativas, acentuando a diferença de escolaridade entre as não pobres em favor das ativas. Em 1981, 24,5% das não pobres ativas tinha mais do que 2o. grau completo (mais de 14 anos de estudo), enquanto essa proporção era de apenas 10,7% no caso das inativas. Em 1990 essas proporções passaram para 35% e 15,2%, respectivamente.

Os dados acima revelam e confirmam, portanto, a importância do grau de instrução no mercado de trabalho, facilitando o trabalho da mulher cônjuge.

O que se observa, portanto, é que realmente houve uma mudança para melhor no grau de instrução das cônjuges inativas e ativas, na medida em que aumentou significativamente a proporção das mulheres com mais anos de estudo, principalmente das famílias não pobres em relação às ativas. Novamente confirmamos o trabalho de outros autores como Bruschini (1994) que, embora tenha feito seu estudo levando-se em conta as taxas nacionais de participação feminina, constatou que na década de 80 as mulheres mais velhas e mais escolarizadas passaram a se inserir mais intensamente no mercado de trabalho, revelando a presença das cônjuges que, numa estratégia de preservação do nível

como
confirma
40%
as +
velhas

9 anos de F

é a causa
conhece o nível de instrução
as velhas de nível de instrução

de vida de suas famílias, entram na atividade econômica com repercussões sobre a sociedade e o mercado de trabalho. O próximo passo é descobrir se a renda que a mulher passou a auferir com a sua presença no mercado de trabalho aumentou em relação à renda total da família, contribuindo para a preservação ou a melhoria das condições das famílias brasileiras. Antes disso, porém, será feita uma análise das mulheres ocupadas, mais especificamente no que concerne às horas trabalhadas dessas mulheres, para poder ser feita uma comparação com as rendas auferidas pelas trabalhadoras.

2.2) Distribuição das mulheres ocupadas segundo horas trabalhadas e posição na família

Para a mulher trabalhadora, muitas vezes suas atividades profissionais de alguma forma têm que se ajustar à vida doméstica, às tarefas do lar e aos cuidados com os filhos. Desse modo, as trabalhadoras tendem a escolher empregos que permitam essa conciliação, de maneira a entrar em atividades que possibilitem um horário flexível de trabalho, ou mesmo trabalhos parciais e atividades por conta própria. O que se verifica a partir disso é que as mulheres estariam mais propensas às atividades com menos horas de trabalho, que por sua vez são geralmente as de menor prestígio e remuneração. A mulher se submeteria a esse trabalhos de baixa qualificação justamente para atender seu trabalho doméstico, mas que acaba por acarretar em maiores adversidades à sua entrada no mercado de trabalho, já que essas atividades possuem um baixo nível de remuneração.

A análise que se pretende fazer a seguir é se houve mudanças significativas que denotem a melhoria da situação da mulher no que se refere a atividades de maior prestígio e remuneração, que se pode saber em parte pelo número de horas trabalhadas. A tabela 5 apresenta os dados para os anos de 81 e 90, indicando a distribuição das mulheres ocupadas segundo horas de trabalho e posição na família.

Tabela 5

DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES OCUPADAS SEGUNDO HORAS TRABALHADAS E POSIÇÃO NA FAMÍLIA, NA RMSP, ANOS 81 E 90

horas de trabalho	chefes/cônjuges						filhas						total					
	81			90			81			90			81			90		
	p	np	t	p	np	t	p	np	t	p	np	t	p	np	t	p	np	t
até 39 horas	83,5	78,4	79,3	78,5	72,9	73,9	81,8	66,6	69,5	86,6	66,8	70,5	82,8	73,8	75,4	81,7	70,6	72,6
40-44 horas	4,5	8,7	8,0	11,9	16,0	15,3	5,6	16,2	14,2	8,0	21,9	19,3	5,0	11,6	10,4	10,4	18,3	16,8
45-48 horas	5,7	7,4	7,1	6,1	6,2	6,2	6,6	11,4	10,5	4,4	7,8	7,2	6,1	9,0	8,4	5,4	6,8	6,6
49 horas e +	6,1	5,5	5,6	3,5	4,8	4,6	6,0	5,6	5,7	1,0	3,4	2,9	6,1	5,5	5,6	2,5	4,2	3,9
s/declar.	0,1	0,0	0,0	---	0,1	0,0	---	0,2	0,1	---	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	---	0,1	0,1
total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pnads de 1981 e 1990

De acordo com a tabela acima, as mulheres que trabalham até 39 horas ainda constituem a grande maioria das trabalhadoras, embora tenham ocorrido pequenas variações durante a década. O que pode ser destacado, levando-se em conta as famílias pobres e as não pobres, é que as mulheres cônjuges e as filhas de famílias pobres quase que só trabalham em tempo parcial. Já para as cônjuges e principalmente as filhas de famílias não pobres, uma fração significativa trabalha com jornada completa. Entre 1981 e 1990 as mudanças na distribuição das mulheres ocupadas segundo horas de trabalho indicam que a jornada de trabalho aumentou somente para as cônjuges tanto de famílias pobres como de não pobres. A jornada de trabalho das filhas diminuiu principalmente no caso das não pobres ao diminuir a proporção das que trabalham mais de 45 horas e aumentou as que trabalham de 40 a 44 horas.

Para as cônjuges pobres, além de ter ocorrido esse aumento da proporção de mulheres em atividades que demandam de 40 a 44 horas de trabalho, nota-se também um aumento nas ocupações de 45 a 48 horas trabalhadas, assim como nas filhas pobres, que além disso, aumentaram a proporção das mulheres que trabalham até 39 horas. Esta análise nos permite constatar que as cônjuges estão tendo uma inserção mais plena no mercado de trabalho, aumentando não somente sua participação mas também sua jornada.

Estes dados podem estar revelando a presença das mulheres também em atividades formalizadas que, apesar de demandarem horários de trabalho rigidamente

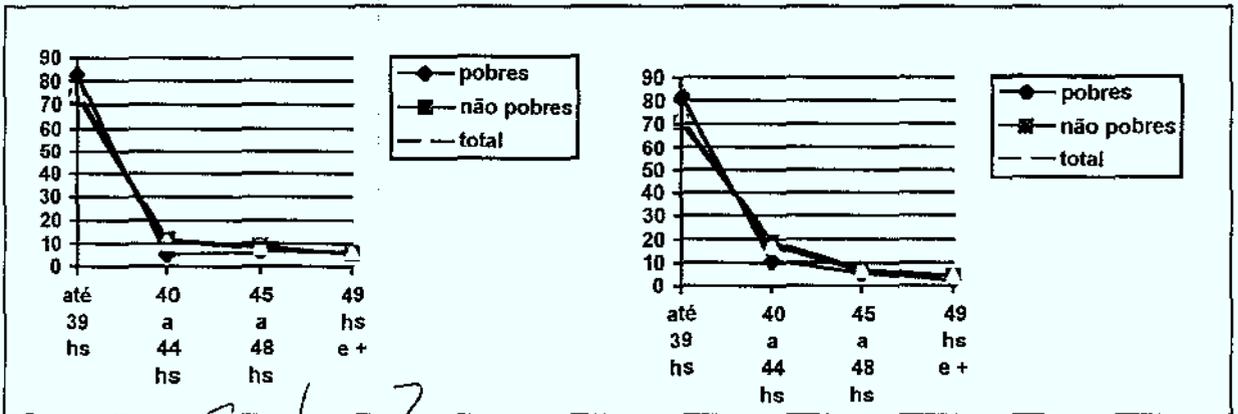
demarcados, de conciliação difícil, apresentam geralmente melhor remuneração e garantias à trabalhadora de benefícios previstos na legislação. As atividades informais, por sua vez, favorecem a atenção concomitante à casa e à família, porém nelas os rendimentos na maioria das vezes são inferiores, principalmente quando a escolaridade não é elevada e a instabilidade é acompanhada pela inexistência de garantias trabalhistas. Sua vantagem reside no fato de que o trabalho informal, o domiciliar e o rural, marcados por jornadas irregulares e concomitância de atividades domésticas e profissionais costumam facilitar os arranjos necessários para que as mulheres possam ter uma atividade econômica e uma família (Bruschini, 1995).

Taxa de participação segundo horas trabalhadas

Gráficos 3 e 4

1981

1990



fonte?

Desta forma, os dados indicam que as horas trabalhadas aumentaram, destacando-se a idéia de que as mulheres estão adquirindo empregos com tempo integral, desvinculando-se da idéia de empregos parciais que possibilitariam a integração com as atividades domésticas. A partir disso, podemos constatar que de fato a mulher vem mudando a condição de suas atividades, vem se inserindo com melhor nível de instrução e apresenta mais idade, demonstrando a necessidade de elevar a condição de vida de sua família, ou ao menos evitar seu empobrecimento.

onde está tudo?

2.3) Distribuição das mulheres ocupadas segundo rendimento na ocupação principal e renda familiar

Apesar do aumento da escolaridade das mulheres e do fato de que houve um aumento das horas trabalhadas por elas, os salários das trabalhadoras continuam menores que os dos homens. Em parte, o fato das mulheres apresentarem remunerações inferiores às dos homens pode ser explicado pelo estreito leque ocupacional disponível para as trabalhadoras. Pela procura de mão-de-obra feminina se restringindo a um pequeno número de empregos e havendo uma tendência ao crescimento da oferta de trabalhadoras, os salários femininos continuam a ser proporcionalmente menores do que os dos homens porque há grande quantidade de mão-de-obra concentrada em pequeno número de trabalhos de mulher, que por sua vez são os de menor prestígio, refletindo a posição do sexo feminino na sociedade.

De acordo com Bruschini (1995), apesar das desigualdades salariais entre os trabalhadores de um e outro sexo, na década de 80 parece ter ocorrido um certo ganho na remuneração das trabalhadoras. Entre 1981 e 1990, no Brasil, diminuiu o percentual de mulheres nas faixas mais baixas de renda, enquanto o das que ganham de 2 a 5 salários mínimos aumentou consideravelmente, assim como nas demais faixas salariais mais elevadas.

Tabela 6

Distribuição das trabalhadoras segundo a faixa de rendimento mensal Brasil e Sudeste, 1981 e 1990

classes de rendimento	Brasil		Sudeste	
	1980	1990	1981	1990
até 1/2 s.m.	23	11,6	16,8	6,7
1/2 a 1 s.m.	19,3	17,7	20,5	16,3
1 a 2 s.m.	23,2	20,9	27,9	22,8
2 a 5 s.m.	15,2	22	21	27,7
5 a 10 s.m.	3,8	8,4	5,4	10,6
10 e + s.m.	1,2	3,9	1,6	5,2
20 e + s.m.		1,6	0,8	2
sem rendimento	13,9	13,3	6,3	7,9
sem declaração	0,3	0,6	0,5	0,8
TOTAL	100	100	100,8	100
(em milhões)	14,2	22,9	6,6	10,7

Fonte: FIBGE, PNAD 81, Tabela 3.7, PNAD 90, Tabela 3.5

*indicar a
Tabela us
texto*

*apud
Bruschini
em
página
do
livro*

Em relação à Região Metropolitana de São Paulo, houve uma diminuição da proporção das trabalhadoras que recebem até 3 salários mínimos, enquanto que aumentou a proporção das trabalhadoras que recebem de 3 a 4 e de 5 a 10 e 10 e mais salários mínimos. Desta forma, parece que de fato a década de 80 apresentou melhorias na remuneração das mulheres, o que pode ter contribuído para a melhoria ou a não deterioração do nível de vida das famílias, na medida em que a contribuição das mulheres pode ter aumentado na renda familiar. Para as famílias não pobres, a distribuição das mulheres segundo o rendimento feminino se deu da mesma forma do que o total de mulheres, diminuindo a proporção das mulheres que recebem até 3 salários mínimos e aumentando as proporções das faixas de 3 a 4 e 5 a 10 e 10 e mais salários mínimos. No entanto, em relação às pobres, houve um aumento da proporção tanto das que recebem até 1 salário mínimo tanto das que ganham de 2 a 3 salários mínimos e uma diminuição das que recebem de 1 a 2 salários. A maior proporção de mulheres que recebem de 2 a 3 salários mínimos está relacionado com o aumento da frequência das famílias F2 (mulher sem cônjuge com filhos) entre as pobres ou então trata-se de famílias F5 (mulher com cônjuge com mais de dois filhos) em que o marido não trabalha ou tem remuneração muito pequena.

Em relação às cônjuges ocupadas, também houve diminuições das proporções das mulheres que recebem até 1 salário, tanto para o total das cônjuges quanto para as não pobres, enquanto que para as pobres a proporção se manteve basicamente a mesma neste nível de renda. Para as não pobres, também foi marcante o aumento das proporções de 3 a 4 e 5 a 10 e mais salários, indicando que a remuneração das esposas pode ter contribuído para a evitar uma eventual queda no nível de vida das famílias de renda relativamente alta, compensando a queda nos salários dos chefes. Para as pobres, no entanto, não se alterou a distribuição de rendimentos.

Para as filhas, o aumento na proporção das mulheres pobres que recebem até 1 salário mínimo indica a deterioração dessa contribuição feminina para as famílias de baixa renda. No caso das não pobres, o aumento nos rendimentos das filhas foi menos expressivo que o verificado para as chefes e cônjuges.

Desta forma, para as famílias pobres, a remuneração da mulher continuou insuficiente para tirar essas famílias da condição de pobreza e no caso das filhas observou-se, inclusive, uma diminuição do nível de rendimento. Para as famílias não pobres, o aumento da proporção de chefes e cônjuges ganhando mais do que 5 salários mínimos indica que o aumento da participação da mulher nessas famílias envolveu rendimentos femininos relativamente altos, ajudando a preservar e/ou aumentar o padrão de vida de famílias de renda relativamente alta.

Tabela 7

Distribuição das mulheres ocupadas por posição na família e renda familiar, segundo rendimento na ocupação principal, na Região Metropolitana de São Paulo, para os anos 81 e 90

rend. ocup. principal	chefes/cônjuges						filhas						total					
	81			90			81			90			81			90		
	p	np	t	p	np	t	p	np	t	p	np	t	p	np	t	p	np	t
até 1sm	52	21	25	51	13	18	47	15	19	63	17	21	50	18	22	54	15	19
1 a 2sm	43	31	32	42	28	30	48	36	37	34	31	31	45	33	34	40	29	31
2 a 3sm	5	19	17	6,7	17	16	4,2	23	21	3,8	20	19	4,7	21	19	6	19	17
3 a 4sm	0,3	8,4	7,3		12	11		8,7	7,7		10	9,4	0,2	8,6	7,5		11	10
4 a 5sm		6,2	5,3		5,9	5,1		5,9	5,3		6,1	5,6		6,1	5,3		6	5,3
5 a 10sm		10	9,9		15	13		9,6	8,6		10	9,5		10	8,7		13	12
10e+sm		4,5	3,8		7,2	6,2		1,1	1		3,1	2,9		3	2,6		5,6	4,9
s/declar.		0,5	0,4		1,5	1,3		0,7	0,6		1,5	1,4		0,6	0,5		1,5	1,3
total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNADS de 1981 e 1990

CAPÍTULO 3: Caracterização das Famílias com Mulheres na PEA

O que se pode observar a partir do capítulo anterior é que de fato houve uma mudança no perfil da mulher trabalhadora, tanto em termos de remuneração e jornada de trabalho quanto em termos de sua posição na família. O que se constatou foi que a mulher trabalhadora se mostrou, na década de 80, mais escolarizada e também mais velha, evidenciando a maior participação das cônjuges no mercado de trabalho como forma de elevar, ou pelo menos não deixar cair o padrão de vida de suas famílias com a diminuição da remuneração dos homens chefes de famílias no decorrer da década. Enquanto as taxas de participação das filhas se mantiveram constantes e até diminuíram nas famílias pobres, as taxas de participação das mulheres cônjuges apresentaram aumentos expressivos tanto em relação às famílias pobres quanto em relação às não pobres. Desta forma, o perfil da mulher trabalhadora modificou-se, ocorrendo uma aproximação das taxas de participação das mulheres que trabalham de vinte cinco a quarenta e nove anos às de vinte e vinte e quatro anos. Em relação ao grau de escolaridade, o destaque em termos de melhoria da instrução da mulher que trabalha ficou por conta das cônjuges, que elevaram a taxa de participação em praticamente todos os níveis de instrução, principalmente as mulheres de famílias não pobres com 1o. e 2o. graus completos. As cônjuges, ativas e inativas, melhoraram seu grau de instrução, na medida em que aumentou significativamente as proporção dessas mulheres com mais anos de estudo, principalmente das famílias não pobres em relação às ativas.

No capítulo 2 observou-se que a remuneração da mulher das famílias pobres continuou insuficiente para a elevação do nível de vida dessas famílias enquanto que para as chefes e cônjuges de famílias não pobres, houve um aumento da proporção dessas mulheres que ganham mais do que 5 salários mínimos, indicando que esse aumento envolveu rendimentos altos preservando ou aumentando o padrão de vida dessas famílias de renda relativamente alta.

Em relação às famílias pobres e às não pobres, o que se constatou foi que a taxa de participação das mulheres de famílias pobres não mudou muito ao longo da década, enquanto houve um aumento expressivo das mulheres de famílias não pobres que trabalham (37,7% em 1981 para 43,0% em 1990). Deste fato, foi inferido que para as famílias pobres não apenas a renda do marido apresenta-se baixa, como a família possui características que dificultam o trabalho da mulher, tais como número de filhos, idade dos filhos, escolaridade da mulher e mesmo oferta de trabalho.

A década de 80, portanto, sinalizou mudanças significativas para as mulheres trabalhadoras, destacando principalmente a participação das cônjuges no mercado de trabalho. A colocação que pode ser feita nesta década em no que tange à situação das famílias se refere à divisão entre as famílias pobres e as não pobres. De fato, a inserção da mulher na atividade econômica ocasionou fortes mudanças às mulheres de famílias não pobres, na medida em que as trabalhadoras dessas famílias apresentaram no fim da década um melhor grau de instrução, maiores jornadas de trabalho que refletem muitas vezes empregos mais bem qualificados e melhores remunerações que podem ter contribuído para a melhoria ou a preservação do padrão de vida dessas famílias. Este aspecto torna-se mais destacado ainda no que se refere às cônjuges de famílias não pobres, que de fato melhoraram suas remunerações, aumentaram a jornada de trabalho, contribuindo de maneira decisiva para a renda familiar.

Por outro lado, as mulheres de famílias pobres não apresentaram os mesmos resultados no que tange à melhoria ou a preservação do nível de vida dessas famílias, mesmo porque são estas as que encontram as maiores adversidades no mercado de trabalho, seja em termos de remuneração, seja em termos de qualificação para melhores postos de trabalho. Para essas famílias, a inserção da mulher na atividade econômica não foi suficiente para e elevar a renda familiar total de modo a elevar seu padrão de vida. Isto pode significar um aumento das diferenças entre as famílias pobres e as não pobres, e mesmo com a contribuição da mulher na renda familiar, a maioria das famílias não conseguiu elevar seu padrão de vida, ou apenas conseguiu manter sua condição.

Desta forma, pode-se fazer uma análise das famílias com mulheres na população economicamente ativa a partir das variações observadas no perfil das

trabalhadoras no decorrer da década, principalmente no que se refere ao grau de instrução, às horas trabalhadas e à renda na ocupação principal, fatores estes que denotam a melhoria na qualidade da mão-de-obra feminina. Para a caracterização das famílias será utilizada a tipologia familiar já analisada no presente trabalho, de modo a oferecer um panorama das mudanças que ocorreram nas famílias ao longo da década de 80.

As taxas de participação das cônjuges segundo idade revelam o aumento da participação das mulheres mais velhas, principalmente nas famílias não pobres F3, F4 e F5, demonstrando que essas mulheres que têm de cuidar ainda de filhos(F4 e F5) vão ter de conciliar essas atividades ao trabalho fora do lar. Muito provavelmente a participação das mães deve ser de grande contribuição ao nível de vida dessas famílias, possibilitando a manutenção do padrão de vida das famílias não pobres (ver figura 1).

Em termos de horas trabalhadas, percebe-se que, de um modo geral, ocorreu uma diminuição na proporção de mulheres chefes ou cônjuges que trabalhavam mais de 45 horas, principalmente nas famílias F2(mulher e filhos), tanto no caso das pobres quanto das não pobres. Deve-se notar que, somente neste tipo de família é relativamente alta a frequência de chefes que trabalham mais de 45 horas. Quanto a redução da frequência de chefes e cônjuges que trabalham menos de 40 horas, o que pode ser notado é que ocorreu principalmente nas pobres e não pobres das famílias F4 e F5, nas pobres F2 e nas não pobres F3. Nestes tipos de famílias aumentou a frequência de chefes e cônjuges trabalhando tempo integral. Esse aumento da frequência do trabalho em tempo integral pode estar sugerindo que houve uma melhora na qualidade dos empregos.

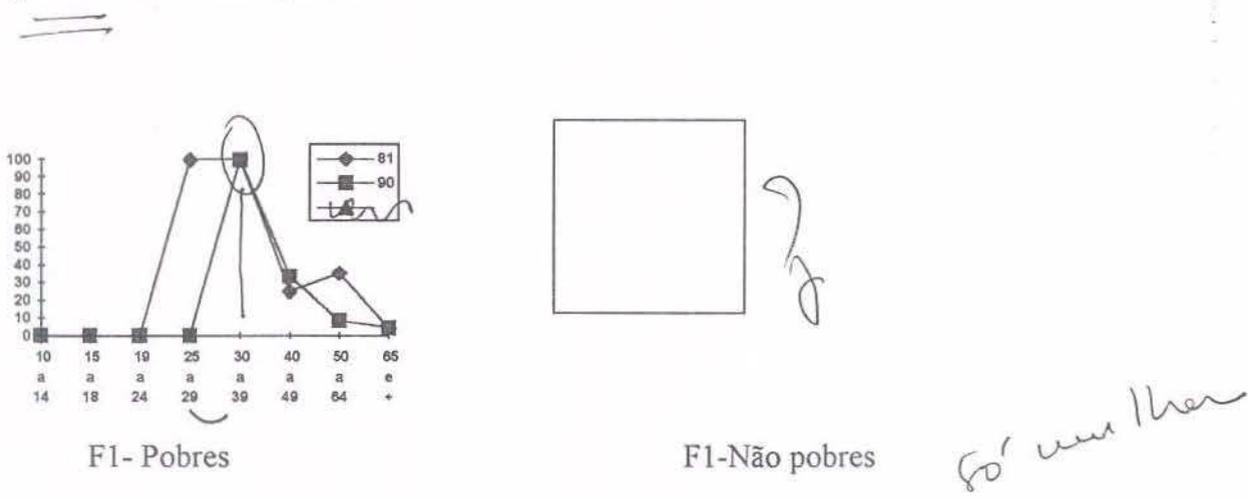
Em relação às taxas de participação feminina segundo anos de estudo, durante a década já foi observado anteriormente que houve uma associação positiva entre taxas de participação e grau de instrução, refletindo em maior intensidade as famílias não pobres. As cônjuges, em particular, aumentaram as taxas de participação em todos os níveis de instrução, mesmo as de baixa instrução, mas não tão baixa como para não apresentar a 4o. série completa. No total houve um aumento das taxas de participação para as mulheres com 8 a 14 anos de estudo, sendo que estes resultados são provenientes das famílias F3(mulher e cônjuge), F4(mulher com cônjuge até dois filhos) e F5(mulher com cônjuge e mais de dois filhos). Ou seja, as cônjuges representaram durante a década a

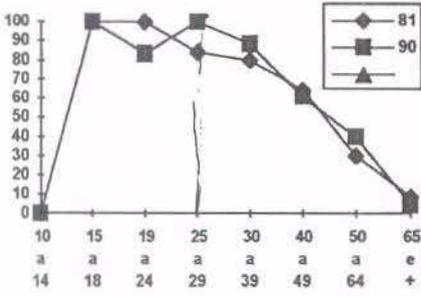
força principal no aumento da inserção feminina no que tange ao seu grau de instrução. As famílias F1(mulher só) diminuíram a sua participação em todos os níveis de instrução, enquanto as mulheres das famílias F2(mulher sem cônjuge com filhos) e F6(homem sem cônjuge com filhos) aumentaram sua participação daquelas que possuem primário incompleto e primário completo. Desta forma percebe-se que, de fato, a mulher passou a entrar na atividade econômica mais velha e escolarizada, em que a mulher cônjuge se situa em posição de destaque neste movimento., reforçando a hipótese de que teria havido uma melhora no tipo de emprego.

No que concerne à renda do trabalho feminino, observa-se, de um modo geral, a diminuição da frequência relativa nas faixas de até 1 e de 1 a 2 salários mínimos, ou mesmo de 2 a 3 salários mínimos, com exceção das famílias não pobres F3 e das famílias pobres F1, F2 e F4. Este fato é mais uma indicação da consolidação da participação da mulher no mercado de trabalho. O aumento da frequência relativa com 5 ou mais salários mínimos ocorreu em famílias não pobres de todo o tipo, salvo nas F3.

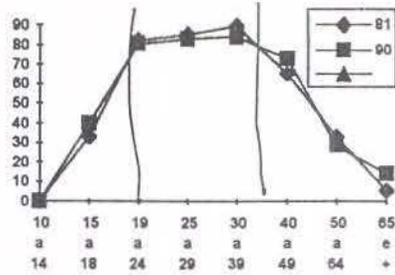
Figura 1

Taxa de Participação das chefes/cônjuges segundo a classificação pobres e não pobres, por tipo de família e idade, na RMSP



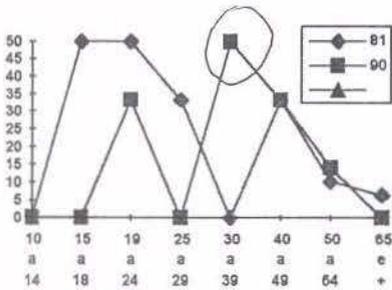


F2-Pobres

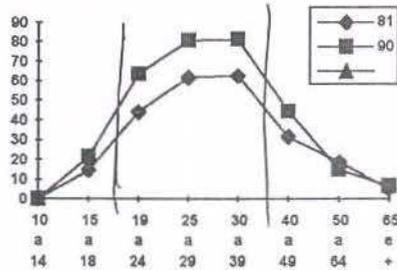


F2-Não Pobres

Mulher
5/1500
cl filha

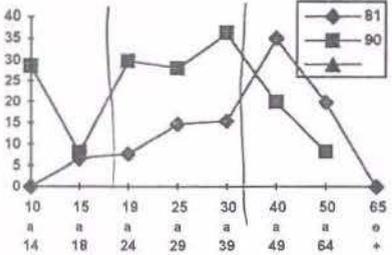


F3-Pobres

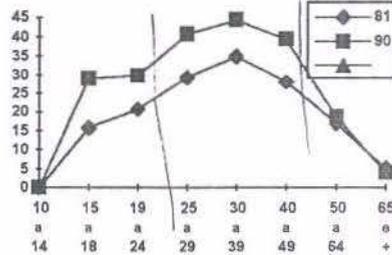


F3-Não pobres

♀ / com 2
filhas

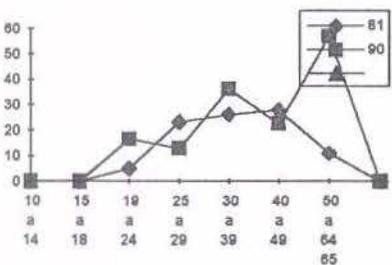


F4-Pobres

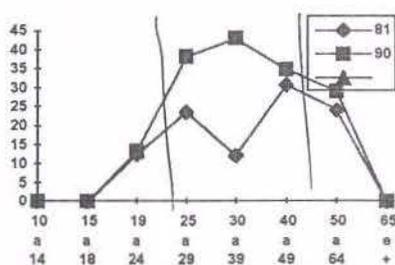


F4-Não pobres

♀ / com 2
filhas



F5-Pobres

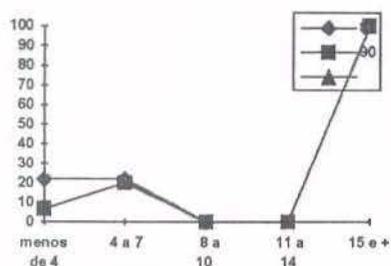


F5-Não pobres

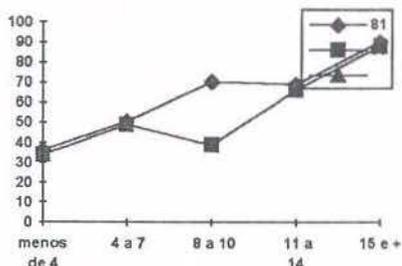
♀ / com 2
filhas
ho com 2
com 2
filhas

Figura 2

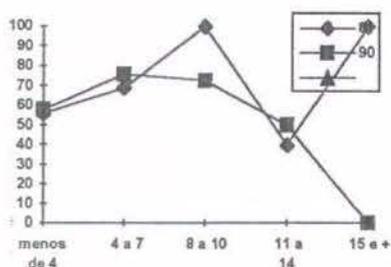
Taxa de Participação das chefes/cônjuges pobres e não pobres, segundo tipo de família e anos de estudo



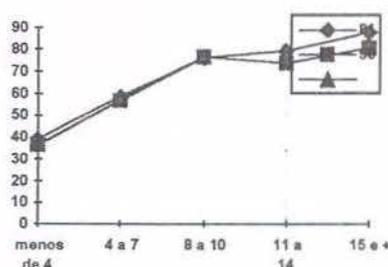
F1-Pobres



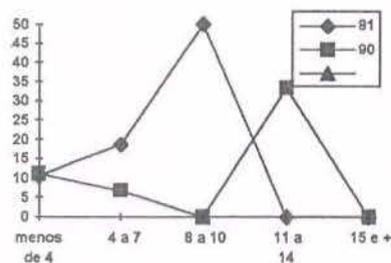
F1-Não pobres



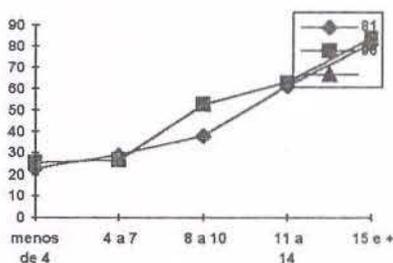
F2-Pobres



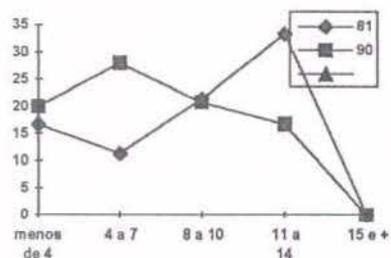
F2-Não pobres



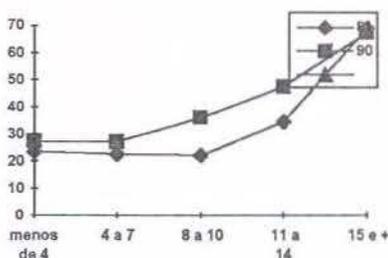
F3-Pobres



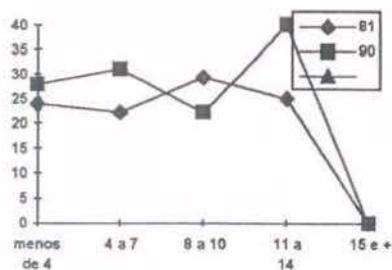
F3-Não pobres



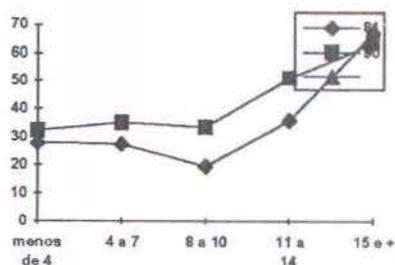
F4-Pobres



F4-Não pobres



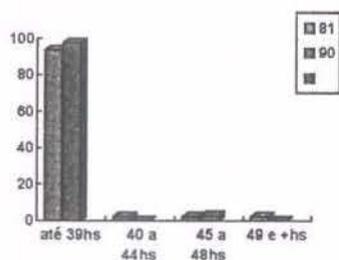
F5-Pobres



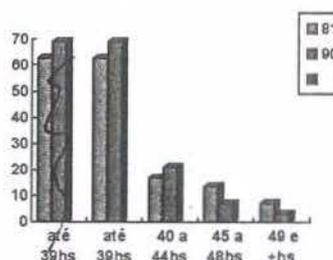
F5-Não pobres

Figura 3

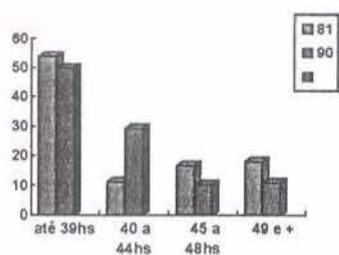
Distribuição das chefes/cônjuges por tipo de família e renda familiar, segundo horas trabalhadas (RMSP, anos 81 e 90)



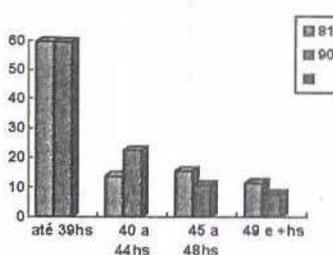
F1-Pobres



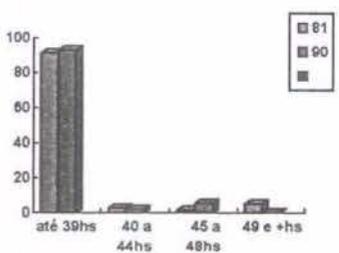
F1-Não pobres



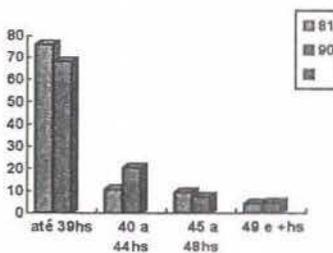
F2-Pobres



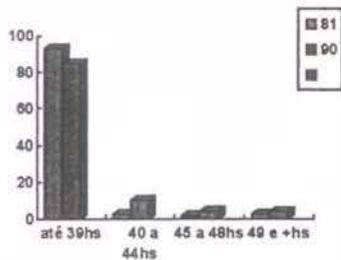
F2-Não pobres



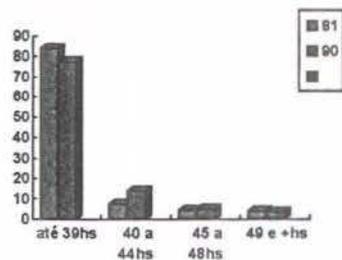
F3-Pobres



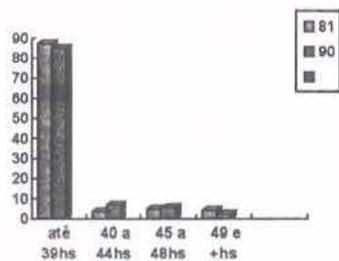
F3-Não pobres



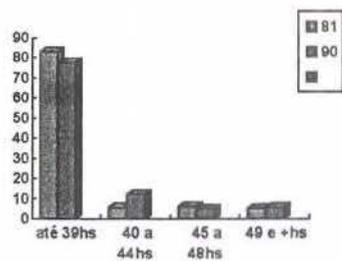
F4-Pobres



F4-Não pobres



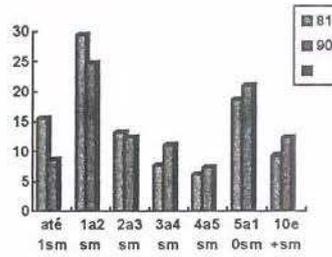
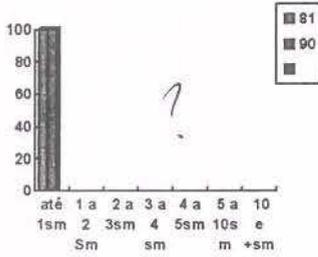
F5-Pobres



F5-Não pobres

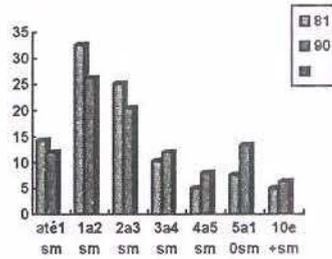
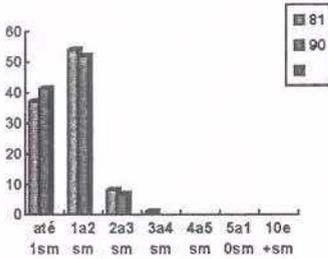
Figura 4

Distribuição das chefes/cônjuges por tipo de família e renda familiar, segundo rendimento na ocupação principal (RMSP, anos 81 e 90)



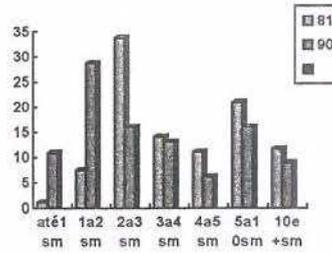
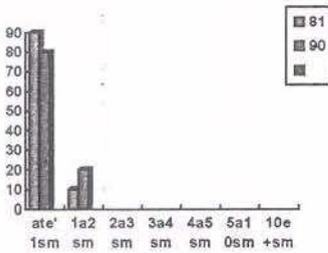
F1-Pobres

F1-Não pobres



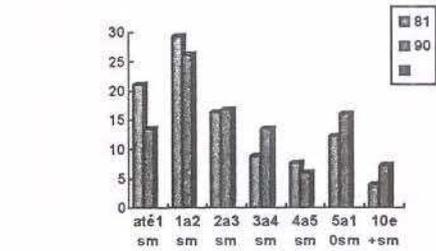
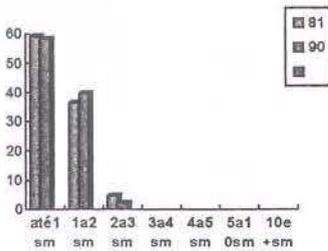
F2-Pobres

F2-Não pobres



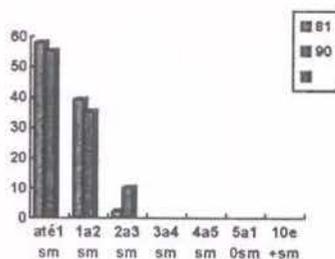
F3-Pobres

F3-Não pobres

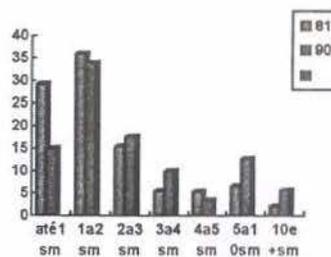


F4-Pobres

F4-Não pobres



F5-Pobres



F5-Não pobres

Conclusões

A década de 80 de fato constituiu um período em que a mulher trabalhadora brasileira começa a mudar o seu perfil, com repercussões sobre o nível de vida das famílias e dentro da sociedade. As mulheres que trabalham passam a ser mais velhas e mais escolarizadas, as famílias diminuem o seu tamanho e aumenta-se a importância dos cônjuges na geração da renda familiar, de modo a evitar a derrocada da situação sócio-econômica das famílias. Estes fatos vão aos poucos contribuindo para a modificação do papel da mulher na atividade econômica e no seio da sociedade, colocando a sua importância na geração da renda familiar, de modo a garantir a sobrevivência das famílias.

A década de 80 colocou em evidência as diferenças entre as situações das famílias, na medida em que não foram iguais os resultados da inserção da mulher na atividade econômica para todas as famílias. O que se evidenciou foi que as famílias pobres não conseguiram elevar suas condições sócio-econômicas mesmo com a entrada da mulher no mercado de trabalho, no máximo conseguiram preservar sua situação do começo da década. As dificuldades encontradas por essas famílias à entrada da mulher na atividade econômica muito provavelmente impediram ou pelo menos não contribuíram para a ascensão da mulher no mercado de trabalho, tais como o baixo nível educacional que dificulta a obtenção de empregos de qualidade e com elevadas remunerações, a falta de quem cuide da vida familiar, dos filhos, as curtas jornadas de trabalho que muitas vezes denotam a má qualidade dos empregos e outros tantos motivos que tornam-se um entrave às mulheres de famílias pobres à obtenção de postos de trabalho de qualidade.

As não pobres, entretanto, obtiveram resultados bem mais satisfatórios na década de 80, denotando a contribuição cada vez maior da mulher à renda familiar e à sociedade. Essas mulheres de famílias não pobres se mostram cada vez mais instruídas, com melhores postos de trabalho e maiores jornadas de trabalho, com remunerações mais elevadas que representam a grande importância da participação feminina na renda familiar. Este dado, no entanto, se refere fundamentalmente às mulheres chefes e cônjuges, que firmaram a sua posição de não somente contribuidora à renda do marido para a renda familiar total, mas como responsável muitas vezes junto com o marido pela situação de suas famílias. Dito isto, a década de 80 configurou uma situação em que as mulheres chefes e cônjuges das famílias não pobres ascendem como essenciais à não derrocada ou à elevação da condição sócio-econômica de suas famílias, reforçando o processo de mudança do papel da mulher na economia e na sociedade.

As informações deste capítulo indicam que o aumento da participação das cônjuges no mercado de trabalho ajudou a preservar o nível de renda das famílias não pobres de praticamente todos os tipos de família e sugerem uma consolidação da inserção feminina na atividade econômica através de uma maior frequência do emprego em tempo integral, com maior escolaridade e remuneração. Não obstante, continua grande a proporção do trabalho feminino em tempo parcial e mal remunerado. Quanto as famílias pobres de todo tipo, continua baixa a participação das cônjuges assim como a qualidade de sua inserção na atividade econômica pouco melhorou.

BIBLIOGRAFIA

- ALTIMIR, O.** - *La dimensión de la Pobreza*. Cuadernos de la CEPAL. Santiago, Chile. nº 27. 1979.
- ALVES, J. E. D.** - *Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil*. Tese de doutoramento, CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1994.
- BALTAR, P.E.** - "Evolução demográfica, emprego e demandas sociais urbanas do Brasil". In: *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Olinda, PE. ABEP, vol. 1, p. 67-103, 1988.
- BALTAR, P.E., OLIVEIRA, C.E. e HENRIQUE, W.** - *Situação de Pobreza no Brasil: principais causas e alternativas políticas corretivas*. Campinas, S.P., UNICAMP/IE/NESUR. 1989.
- BARROS, R. P. , RAMOS, L. , SANTOS, E.** - *Gender differences in Brazil labor markets*. Rio de Janeiro, IPEA, 1989.
- BRUMER, A.** - "O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho." *Revista brasileira de Ciências Sociais*, número 8, vol. 3, out. 1988.
- BRUSCHINI, C.** - "Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher nos anos oitenta". In: *O trabalho no Brasil no Limiar do século XXI*. Editora LTR. São Paulo. 1995.
- BRUSCHINI, C.** - "O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes". II Seminário Nacional de Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho. Série Seminários nº 7, maio de 1994. IPEA. RJ (Texto apresentado na IV Conferência Internacional da Mulher, Pequim, 1995).
- CABRAL, H.M. e CASTRO, M.C. de** - "Evolução da força de trabalho feminina e suas implicações na Previdência Social". In: *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Olinda, PE. ABEP, 1988.
- CARNEIRO, R.**- "A economia brasileira no período 1974-89". In: *Economia e Sociedade*, Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. nº 2, agosto, 1993.
- CARVALHO, J.A.M., et al.** - *Conceitos básicos e medidas em demografia*. mimeo CEDEPLAR, out., 1990.

- HIRATA, H. e HUMPHREY, J.** - "O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira." *Revista de Economia Política*, no 16, vol. 4 (4), p. 89-107, out./dez., 1984.
- JATOBÁ, J.** - "Brazilian women in the metropolitan labor force: a time series study across region and households status". In: *Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, vol. 3, 1994.
- KERGOAT, D.** - Da divisão do trabalho entre os sexos. In: *Tempo Social, Rev. Social. USP, São Paulo*, 1 (2), 2^o sem.
- LEONE, E.T.** - "Pobreza e trabalho no Brasil: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas nos anos 80". Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, maio, 1994.
- LEONE, E.T.** - "Mulher, Mercado de Trabalho e Pobreza no Brasil: um Estudo da Inserção da Mulher na Atividade Econômica e suas Implicações para a Família" - Projeto de Pesquisa em andamento, 1996.
- LOBO, E. S.** - *O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho*. Texto apresentado na ANPOCS 1990, mimeo.
- MIRANDA, J.C.R.** - "Dinâmica da Economia Brasileira nas Décadas de 70 e 80". In: *Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI. Cenários e Diagnósticos, A economia no Brasil e no mundo*, vol. 1, 1992.
- OLIVEIRA, A. M. M. e SANTOS, E. C.** - "A participação das mulheres no mercado de trabalho: uma análise das taxas de atividades femininas - Brasil 1984 - 1987". In: *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, vol. 2, 1990.
- OLIVEIRA, F.** - *A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital*. Estudos CEBRAP, 16: 5-26, CEBRAP, São Paulo, 1976.
- PATARRA, N. L.** - "Transição Demográfica e Família: Notas para discussão". In: ANPOCS, Ciências Sociais, Cortez Editora, São Paulo, 1985.
- PATARRA, N. L. e BAENINGER, R.** - *Família na Transição demográfica: o caso de São Paulo*. Trabalho apresentado ao 46^o Congresso dos Americanistas, Amsterdã, Holanda, 1988.
- PENA, M.V.J.** - *O estado das informações sobre a mulher no Brasil - Uma avaliação*. UFRJ/IEI. Texto para discussão n^o 189, mar., 1989.

~~(Error! No table of figures entries found)~~ PIRES, E.L.S. - "Sobre o sexo e a idade do emprego assalariado: notas sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil". In: Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, vol. 3, 1994.

POGGIO, S. Z. - "A mulher na força de trabalho". *Revista Brasileira de Estatística*, vol. 41, nº 163, p. 379-434, 1980.

RAMOS, L. e SOARES, E. - "Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil. Texto para discussão nº 350, IPEA/RJ, Rio de Janeiro, out., 1994.

RATO, M. H. C. - "A participação feminina na população ativa frente às necessidades do sistema produtivo no Brasil". *Revista Brasileira de Estatística*, vol., 39, nº 156, p. 495-517, 1978.

ROCHA, S. - "Indicadores da Pobreza nas Regiões Metropolitanas nos anos Oitenta. Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 20, nº 3, p: 437-460. set/dez, 1990.

SAFFIOTI, H. I. B. - *Inserção da mulher na força de trabalho brasileira: períodos de prosperidade e períodos de crise econômica: Brasil: 1872-1982*. Trabalho apresentado no XVI Congresso Latino-Americano de Sociologia. Rio de Janeiro, 1986.

SANTOS, J.L.F. et al. (org.) - *Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise*. TAC/BBCS. São Paulo.

SCOTT, J. - "Gênero: uma categoria útil de análise histórica.". *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16, (2), jul/dez, 1990.

SEDLACEK, G. L. - "Estratégia de sobrevivência da família brasileira: um estudo da participação das esposas", *Perspectivas da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1992.

SEDLACEK, G. L. e SANTOS, E. C. - "A evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro de 1983 a 1988". *Revista de Econometria*, vol. X, nº 2, p. 225 - 241, 1990.

SEDLACEK, G. L. e SANTOS, E. C. - *A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração da renda familiar*. Rio de Janeiro, IPEA, 1991 (Texto para discussão, 209).

SOUZA, L. R. - "O trabalho feminino e a estrutura familiar". *Revista Brasileira de Estatística*, vol. 41, nº 164, p. 531-550, 1980.

WAJNMAN, S. , RIOS-NETO, E. L. G. - "Participação feminina no mercado de trabalho no Brasil: elementos para projeção de níveis e tendências". In: *Anais do IX Encontro de Estudos Populacionais*. 1994.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
CAPÍTULO I: MULHER, FAMÍLIA E MERCADO DE TRABALHO.....	8
1.1) DÉCADA DE 80: CONJUNTURA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO.....	8
1.2) MOTIVAÇÕES E CONDICIONANTES DA ENTRADA DA MULHER NA FORÇA DE TRABALHO.....	15
CAPÍTULO 2: PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.....	18
2.1) TAXA DE PARTICIPAÇÃO SEGUNDO A POSIÇÃO DA MULHER NA FAMÍLIA:.....	18
<i>Tabela 1</i>	19
2.1.1.) <i>Taxas de participação feminina por faixa etária segundo nível sócio-econômico da família</i>	20
<i>Tabela 2</i>	21
2.1.2) <i>Taxa de participação feminina segundo escolaridade e posição da mulher na família</i>	22
<i>Tabela 3</i>	23
<i>Tabela 4</i>	25
2.2) DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES OCUPADAS SEGUNDO HORAS TRABALHADAS E POSIÇÃO NA FAMÍLIA.....	26
<i>Tabela 5</i>	27
2.3) DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES OCUPADAS SEGUNDO RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL E RENDA FAMILIAR.....	29
<i>Tabela 6</i>	29
<i>Tabela 7</i>	31
CAPÍTULO 3: CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS COM MULHERES NA PEA.....	32
<i>Conclusões</i>	41
BIBLIOGRAFIA.....	43
ÍNDICE.....	46

* como se escreveu pelo livro